

Alexandre

Alkmim Teixeira

—

Compliance e

Informação

Fiscal

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Alexandre Alkmim Teixeira

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

T266c

Teixeira, Alexandre Alkmim
Compliance e informação fiscal / Alexandre Alkmim Teixeira. – Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2019.
308 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 227-234.
Inclui anexos.

ISBN 978-85-519-1356-7

1. Direito tributário. 2. Direito internacional. 3. Programas de com-
pliance. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – Imperatividade da Norma de Tributação Internacional.....	5
1.1 Revisitando a Tributação sob uma Visão Pragmática da Norma Tributária.....	5
1.2 Direito como Discurso	10
1.2.1 As Reações do Receptor do Enunciado.....	13
1.3 Norma e Sanção no Âmbito da Pragmática.....	16
1.4 Tributação, Rejeição e Desconfirmação	19
1.5 A Imperatividade sob a Ótica Pragmática	21
1.6 Rejeição X Desconfirmação	24
1.7 O Cometimento e o Poder de Tributação – A Importância das Normas de Estrutura	26
1.8 A Imperatividade da Norma de Tributação Internacional.....	28
1.8.1 O Poder de Investigação na Presença de Tratados Internacionais.....	30
Capítulo II – Informação Fiscal no Contexto de Compliance.....	31
2.1 Compliance	31

2.1.1 Compliance como combate à Corrupção.....	32
2.1.2 Compliance Tributário	36
2.2. A Evolução da Troca de Informação Fiscal entre os Estados	38
2.2.1 A OCDE e o Relatório Harmful Tax Competition	38
2.2.2. Recomendações do Harmfull Tax Competition.....	41
2.3. O Fórum Global de Transparência da OCDE.....	43
2.3.1 Princípios do Fórum Global de Transparência Fiscal da OCDE	44
2.3.2 Padrões de Troca de Informação.....	45
Capítulo III – Identificando o Fato Tributável	47
3.1 Lançamento e Fiscalização	48
3.1.1 Lançamento como Ato Administrativo.....	50
3.1.2 Lançamento e Liquidação.....	52
3.1.3 O Lançamento quanto à Natureza	54
3.2 Fiscalização	56
3.2.1 A Colheita de Provas durante o Procedimento de Fiscalização	57
3.2.1.1 O Sigilo das Informações Acessadas	58
3.2.1.2 O Acesso a Informações Sigilosas.....	59
3.3 O Relatório Sufis.....	60
Capítulo Iv – O Acesso à Informação Financeira para Fins Fiscais no Direito Brasileiro.....	65
4.1 Sigilo e Privacidade	66
4.2 O Acesso à Informação Financeira na Lei nº 8.021/90 e o Entendimento do Supremo Tribunal Federal	67

4.3 A Lei Complementar nº 105/2001 e o Acesso às Informações Financeiras para Fins Fiscais.....	69
4.3.1 Importância da Informação Financeira para Fins Fiscais.....	71
4.4 O Posicionamento do CARF.....	72
4.5 O Posicionamento do Supremo Tribunal Federal.....	76
4.5.1 Informação Financeira e Privacidade.....	78
4.6 Casuística.....	80
Capítulo V – Requisição de Movimentação Financeira - RMF.....	83
5.1 Existência de MPF em Curso.....	83
5.2 Indispensabilidade das Informações.....	85
5.3 Prévia Requisição ao Contribuinte.....	87
5.4 Tipo de Informação.....	88
Capítulo VI – E-Financeira.....	91
6.1 Conceito de e-Financeira.....	93
6.2 Quanto às Pessoas Obrigadas à e-Financeira.....	94
6.3 Quanto à Periodicidade da e-Financeira.....	95
6.4 Quanto às Informações a Serem Prestadas na e-Financeira.....	95
6.5 E-Financeira e o Relatório Sufis 2017/2016.....	97
Capítulo VII – Informação com Origem em Operações de Compliance.....	99
7.1 Informação via BACEN e CVM.....	99
7.1.1 DCBE – Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior.....	100
7.2 Informação via COAF.....	100
7.2.1 Informação via Operações de Combate à Corrupção.....	103

Capítulo VIII – Troca Internacional de Informação Fiscal	107
8.1 Princípios dos Tratados de Intercâmbio de Informação Fiscal	107
8.1.1 Princípio da Vedação ao Fishing Expedition	108
8.1.2 Princípio da Última Ratio.....	109
8.1.3 Princípio da Ausência da Necessidade de Interesse Recíproco	110
8.1.4 Princípio de Manutenção do Sigilo Fiscal.....	112
8.1.5 Princípio de Restrição à Utilização da Informação	114
8.2 Formas de Intercâmbio de Informação.....	116
8.2.1 Informação sob Demanda	116
8.2.2 Informação Espontânea.....	117
8.2.3 Informação Automática	117
Capitulo IX – Intercâmbio de Informações Fiscais nos TDTS.....	119
9.1 Troca de Informação Fiscal no TDT Brasil Portugal.....	122
9.1.1 Alcance	122
9.1.2 Troca Automática de Informações	123
9.1.3 Presença Pessoal.....	124
9.1.4 Fiscalização Simultânea	125
Capitulo X – Tratado Brasil EUA de Troca de Informações Fiscais (2013)...	127
10.1 Antecedentes.....	127
10.2 O Tratado de Troca de Informações Fiscais com as EUA	128
10.2.1 Do Auxílio Presencial na Coleta de Informações.....	129

Capítulo XI – FATCA – O Poder a Serviço da Busca pela Informação (2015)	133
11.1 O FATCA e o Direito Brasileiro.....	137
11.2 IGA – Intergovernmental Agreement e a Troca de Informações Entre os Estados.....	138
11.3 O Tratado FATCA Brasil EUA.....	139
11.3.1 Definições	140
11.3.2 Instituições Financeiras e suas Contas no Âmbito do FATCA	142
11.3.2.1 Instituições de Custódia.....	143
11.3.2.2 Instituição de Depósito	145
11.3.2.2.2 Contas de Depósito Excluídas como Contas Financeiras	145
11.3.2.2.2.1 Contas de Aposentadoria e de Pensão	146
11.3.2.2.2.1.1 FAPI – Fundo de Aposentadoria Programada Individual ...	147
11.3.2.2.2.1.2 PGBL, VGBL e demais investimentos reportáveis de previdência	148
11.3.2.2.2.2 Contas de Poupança Vinculadas não Previdenciárias.....	151
11.3.2.2.3 Conta Mantida por Espólio.....	151
11.3.2.2.4 Conta de Garantia	152
11.3.2.2.5 Contas de Jurisdição Parceira	152
11.3.2.3 Entidade de Investimento	152
11.3.2.4 Companhia de Seguro	154
11.3.2.4.1 Contratos de Seguro não Considerados Conta Financeira.....	156
11.3.3 Descumprimentos e Penalidades no Âmbito do FATCA.....	156

11.3.3.1 Instituição Financeira Não Participante (non-participating FFI)	158
11.3.3.2 Erros Menores e Administrativos.....	159
11.3.3.3 Descumprimento Significativo.....	159
11.3.4 Instituição Financeira Não Informante	161
11.3.4.1 Titulares Beneficiários Isentos que não Sejam Fundos.....	162
11.3.4.1.1 Entidade Governamental.....	162
11.3.4.1.2 Organização Internacional	163
11.3.4.1.3 Banco Central	164
11.3.4.2 Fundos Classificados como Titulares Beneficiários Isentos.....	164
11.3.4.2.1 Fundo de Aposentadoria de Participação Ampla.....	164
11.3.4.2.2 Fundo de Aposentadoria de Participação Restrita	165
11.3.4.2.3 Fundo de Pensão de um Titular Beneficiário Isento	166
11.3.4.2.4 Entidade Investidora de Propriedade Integral dos Beneficiários Isentos	166
11.3.4.3 Instituições Financeiras de Escopo Pequeno ou Limitado	167
11.3.4.3.1 Instituição Financeira de Base Local.....	167
11.3.4.3.2 Banco Local	167
11.3.4.3.3 Instituição Financeira com Depósitos de Baixo Valor	168
11.3.4.3.4 Operadoras de Cartão de Crédito.	168
11.3.4.4 Entidades de Investimentos Específicas.....	169
11.3.4.4.1 Entidades de Fideicomisso – Trustes	169
11.3.4.4.1.1 Trustes Revogáveis	170

11.3.4.1.1.2 Existência de Termo ou de Condição.....	171
11.3.4.4.1.1.3 Pessoa Capaz de Decidir pela Revogação	171
11.3.4.4.1.1.4 Destinação do Patrimônio.....	172
11.3.4.4.1.2 Trustes Não Revogáveis	173
11.3.4.4.1.3 A Equiparação dos Trustes às Sociedades no Direito Brasileiro	174
11.3.4.4.1.3.1 Trustes como Holdings	176
11.3.4.4.1.4 Trustes no FATCA.....	176
11.3.4.4.2 Entidade de Investimento Patrocinada e Corporação Estrangeira Controlada.....	177
11.3.4.4.3 Demais Tipos Societários	178
11.4 As Informações a Serem Trocadas.....	178
11.4.1 Informações a serem disponibilizadas por parte do Brasil.....	179
11.4.1.1 O FATCA a partir da E-Financeira	181
11.4.1.1.1 Informações de Cadastro	181
11.4.1.1.2 Contas a Reportar.....	182
11.4.2 Informações a Serem Disponibilizadas por parte dos EUA	184
Capítulo XII – Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária	187
12.1 Aspectos Gerais.....	188
12.1.1 Estrutura Geral	188
12.1.2 Reservas Apostas pelo Brasil	189
12.1.3 Tributos – Anexo A.....	191
12.2 Formas de Assistência	192

12.2.1 Troca de Informações a Pedido	192
12.2.1.1 Recusa no Fornecimento de Informações	194
12.2.2 Troca Espontânea	195
12.2.3 Fiscalização Simultânea.....	196
12.2.4 Fiscalização Tributária no Exterior.....	196
12.2.5 Troca Automática de Informação Fiscal	197
12.3 Sigilo das Informações	197
Capítulo XIII – Troca Automática de Informação Fiscal	201
13.1 Automatic Exchange of Information - AEOI.....	201
13.2 Padrão Comum de Relatório	203
13.2.1 Fundamento Legal para a Troca de Informação.....	204
13.2.2 Soluções Tecnológicas	204
13.3 Implementação da AEOI.....	205
Capítulo XIV – Os Acordos de Troca Automática de Informações	207
14.1 CAA – Competent Authority Agreement.....	207
14.1.1 Natureza do CAA.....	208
14.1.1.1 Definições.....	210
14.1.1.2 Informações Sobre a Conta	210
14.2 CRS – Common Reporting Standard	212
14.2.1 Seção 1 – Requisitos Gerais Referentes ao CRS.....	212
14.2.2 Due Diligence	213

14.2.2.1 Contas Reportáveis	214
14.2.2.2 Dados Intercambiados	214
14.2.2.3 Notificações Feitas pelo Brasil no Âmbito do CRS	215
14.3 CbC – Contry by Country Report – Relatório País a País	218
14.3.1 Preços de Transferência	219
14.3.2 Notificações Quanto ao CbC	223
Fechamento	225
Referências Bibliográficas	227
Anexo A – Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária.....	235
Anexo B – Acordo Multilateral entre Autoridades Competentes sobre Intercâmbio Automático de Informações Financeiras	261
Anexo C – Acordo Multilateral entre Autoridades Competentes sobre o Intercâmbio de Relatórios País a País – Coutry by Country Report	273